

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Gazeta Mercantil

CLASS. : Amazônia/Rec. ext.

DATA : 22 11 92

PG. : 15

94

RECURSOS EXTERNOS

Governo discute amanhã como implementar programa piloto para a Amazônia

por Maria Helena Tachinardi de Brasília

O presidente Fernando Collor convidou ontem formalmente os chefes de Estado dos países do Cone Sul (Argentina, Paraguai, Chile e Uruguai) e os do Tratado de Cooperação Amazônica (Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Suriname, Guiana e Bolívia) a comparecerem à Eco 92, em junho próximo.

Os convites foram entregues aos representantes diplomáticos desses países pelo ministro interino das Relações Exteriores, Marcos Azambuja.

Os países do Cone Sul se reunirão nos dias 20 e 21 de fevereiro em Canela (RS) e os da bacia amazônica têm encontro marcado para os próximos dias 10 e 11, em Manaus. O governo brasileiro coordenará as duas reuniões, que têm a finalidade de unificar as posições dos treze países em torno das teses da Eco 92.

Com a proximidade do evento, as reuniões começam agora a multiplicar-se. Ontem de manhã, o presidente Collor reuniu pela décima vez a Comissão Interministerial (CIMA), que formulará, as propostas brasileiras à Conferência da ONU. Um dos assuntos discutidos foi o conflito sobre a criação de novos mecanismos de financiamento a projetos ambientais. O

Brasil sustentará a posição contrária à dos países desenvolvidos de que não se vincula a discussão sobre a proteção das florestas aos demais temas, como alterações climáticas e biodiversidade.

A reunião da CIMA para a preparação das propostas brasileiras, que deveria ser nesta quarta-feira, foi adiada para o dia 7, porque no mesmo dia haverá no Rio um encontro sobre a logística da conferência.

Amanhã no departamento de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, o governo se reunirá para estudar formas de implementar o programa piloto de preservação da Amazônia, agora que os recursos iniciais já estão à disposição do Brasil —US\$ 33 milhões doados pelo Grupo dos Sete países mais ricos (G-7). Segundo uma fonte diplomática, o governo deverá instituir um decreto para tornar oficial o programa. Na reunião do G-7, Banco Mundial e Comunidade Européia, em Genebra, em dezembro, além da oferta dos recursos iniciais, foi reiterado o compromisso com a primeira fase (de dois anos) do programa, orçado em US\$ 250 milhões, dos quais apenas US\$ 25 milhões não são dinheiro novo, e sim, já contratado em projetos bilaterais.